

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, julho de 2016, número 103. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Atuações dos movimentos sócio-territoriais da luta pela terra nas manifestações em prol da democracia: acampamento de Porto Alegre em 2016.

ARTIGO DO MÊS

Panorama do fechamento de escolas no campo do estado de Goiás de 2007 a 2015.

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – ENG 2016

“A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia”

UFMA-UEMA/São Luis – Maranhão, 24 a 30 de julho de 2016.

Conferencia Internacional: “Tierra y territorio en las Américas: acaparamientos, resistencias y alternativas”

Universidad Externado de Colombia/Bogotá - 26 al 29 de Agosto de 2016.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Las luchas sociales por la tierra en América Latina: un análisis histórico, comparativo y global.

Edits.: Hanne Cottyn, Javier Jahncke, Luis Montoya, Ela Pérez, Mattes Tempelmann.

La edición estuvo en manos del Seminario de Economía Social, Solidaria y Popular de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos del Perú; el Departamento de Historia y el Centro de Estudios Globales de la Universidad de Gante, de Bélgica; y la Red Muqui.



Sementes de Angelim.
Produção: Fabiola Melca.

O filme trata a experiência de Retomada Quilombola da terra em curso na comunidade de Angelim, município de Conceição da Barra, Espírito Santo. As imagens mostram como a prática agroecológica torna possível a transição do monocultivo de eucalipto para a produção de alimentos. Para ver: <https://www.youtube.com/watch?v=fvkBZeWpG2E>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

ATUAÇÕES DOS MOVIMENTOS SÓCIO-TERRITORIAIS DA LUTA PELA TERRA NAS MANIFESTAÇÕES EM PROL DA DEMOCRACIA: ACAMPAMENTO DE PORTO ALEGRE EM 2016

Elvis Albert Robe Wandscheer

Dr. em Geografia e Membro do NEAG da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
elvishz@yahoo.com.br

Taís de Freitas Munhoz

Graduanda em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
taisfmunhoz@gmail.com

Michele Lindner

Dra. em Geografia e Pós-Doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
michelindner@gmail.com

Rosa Maria Vieira Medeiros

Profa. Dra. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
rmvmedeiros@yahoo.com.br

O ATO E SEU CONTEXTO NA LUTA PELA TERRA

O mês de Abril é marcado como um mês que historicamente envolve o MST com ações que denunciam e relembram a violência no campo brasileiro[1]. Porém, no ano de 2016, com o cenário de crise política instaurada no país, as atividades desenvolvidas contaram com o somatório de manifestações de outro cunho, ou seja, diretamente relacionadas à democracia, ao direito de expressão do cidadão brasileiro. O Abril Vermelho[2], como é comumente chamado, foi então o mês de manifestações contra e a favor do processo de impeachment ora em curso.

Essa questão é considerada de amplo interesse para os movimentos socioterritoriais, ao demonstrar os enlaces do processo de impeachment nas mais diversas questões nacionais, sobretudo aquelas voltadas aos interesses sociais.

Para compreender a participação das pessoas representantes desses movimentos, buscou-se estabelecer um diálogo com elas no efetivo local das manifestações. Foram realizadas entrevistas com perguntas semi-estruturadas e de caráter qualitativo que possibilitassem a esses sujeitos expressarem sua posição política.

As respostas foram diversas, mas todas com o mesmo teor político partidário, o que demonstra o elo ideológico dos manifestantes. A manifestação social ocorreu de 11 a 17 de abril, na Praça da Matriz, no Centro Histórico de Porto Alegre-RS e redimensionou o valor desse espaço enquanto local que abrigou a resistência histórica contra o golpe militar no Movimento da Legalidade em Agosto de 1961 (Figura 1). Conforme Maria, “Mais de 50 anos depois os movimentos tomam novamente a Praça da Matriz, que será um espaço de resistência e de fortalecimento da nossa luta pela democracia. Não deixaremos o Brasil dar nenhum passo atrás neste sentido” (MST, 2016).



Figura 1. Monumento Júlio de Castilhos na Praça da Matriz em Porto Alegre

Fonte: NEAG/UFRGS, 2016.

Para o entrevistado 1: “Não é uma luta do movimento em particular, é uma luta pelo estado [...] é manter a democracia [...] manter as conquistas de anos”

Os atores sociais deixaram clara a sua visão sobre o processo político em curso no Brasil, bem como o que o mesmo representa para os integrantes do MST. Atualmente, o retrocesso e o enfraquecimento de ações existentes são as maiores preocupações, o que frente aos atos e as mobilizações futuras em caso de efetivação de novo governo já são encaradas como preocupantes. Esta preocupação fica evidente na fala do entrevistado 2: “A violência e a repressão contra nós vai aumentar”. Para ele há um receio crescente de que seu direito de manifestar seja controlado, sufocado pelo direito explosivo da direita emergente.

O acampamento da Praça da Matriz não contou apenas com a participação do MST, estavam ali presentes, por exemplo, entidades como a CUT[3], o MNLM[4], e o Levante Popular da Juventude. A participação do MST, diante desse cenário, foi extensa no espaço físico da praça, o que ressalta a preocupação dos indivíduos que deixaram suas tarefas laborais cotidianas e se dispuseram a incorporar e apoiar a atividade, mesmo que isso tenha gerado contratempos em suas produções e/ou ocupações corriqueiras. O número de indivíduos estimados foi de cerca de 600 pessoas que permaneceram acampadas no local em vigília constante.

A origem dos manifestantes do MST que se deslocaram até o acampamento é diversa. Vieram de vários municípios de norte a sul do estado do Rio Grande do Sul (Figura 2), contando tanto com assentados

quanto com acampados, demonstrando a importância e a dinâmica da composição dos núcleos socioterritoriais no estado.

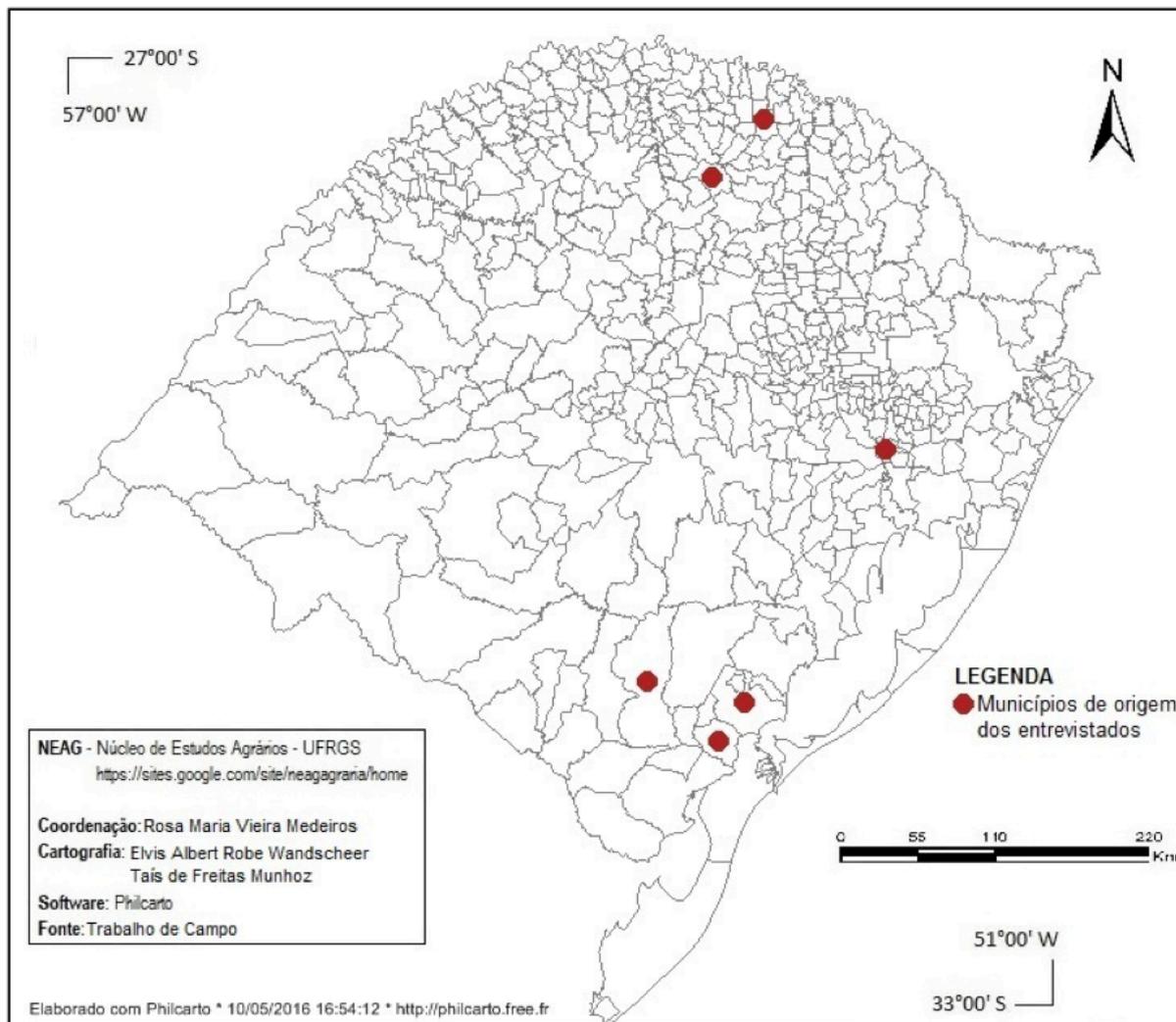


Figura 2: Mapa de Localização da origem dos entrevistados na manifestação.

Fonte: NEAG/UFRGS, 2016.

Essa realidade, permite observar uma forte aglutinação de forças que extrapola o limite do entorno das áreas conquistadas ou reivindicadas, de formas que, o que se verifica são atores que “produzem dinâmicas sociais que imprimem as características de cada território, determinando as limitações, mas também as transposições desses limites políticos e administrativos através das ligações em redes” (GALVÃO, FRANÇA, BRAGA, 2009, p. 33).

Até o final do mês de Abril, o MST efetuou no estado do Rio Grande do Sul três manifestações (contabilizando a da Praça da Matriz) e três ocupações. Sobre esses números o que foi frisado por alguns entrevistados é que os mesmos só não foram maiores em 2016 em razão do foco central do movimento estar voltado para Brasília, para os processos políticos correntes, cujos desdobramentos dessas das ações podem desencadear um novo golpe no país. Essa realidade, se confirmada, colocaria em xeque diversas

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

pautas do MST como “alavancar alimentos ecológicos, a relação produtor-consumidor e outras reivindicações dos camponeses e indígenas” (entrevistado 2), de forma que a estratégia atual se expressa muito mais como resistência das conquistas do que de avanço das condições idealizadas.

A MANIFESTAÇÃO: DA INDIVIDUALIDADE AO COLETIVO

Ainda que a percepção exposta pelos entrevistados tenha advindo de uma deliberação coletiva, as concepções particulares parecem refletir um contexto em que os indivíduos se consideram sujeitos ativos e, para além disso, vislumbram a autonomia do coletivo do movimento socioterritorial, ou seja do MST, a partir das decisões que englobam pautas levantadas tanto pelos assentados quanto pelos acampados, sempre valorizando as suas vivências, perspectivas e desafios. Conforme entrevistado 3:

Em toda a decisão do coletivo em relação a essa manifestação não houve posicionamento contrário. A decisão de estar aqui e lutar foi de todos. Sabemos que existem problemas, mas observo que temos que fazer parte de um algo maior, algo que temos que lutar. Manter nossos direitos não é tarefa fácil.

Essa manifestação demonstra uma forte articulação e organização coletiva confirmada pelo entrevistado ao afirmar que “Temos que mostrar que queremos manter a nossa posição, a nossa luta, o que é a nossa identidade”. E nessa identidade, podemos perceber que o território da luta pela terra é composto por identidades e diferentes aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais permitem “[...] compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida” (SAQUET, 2007, p. 183).

Ao encontro dessa assertiva, os atores sociais da manifestação expressaram em todas as entrevistas o “agrupamento” ao qual se consideram parcela indissociável de luta e de conquista. É “tarefa do coletivo, e só a partir dos avanços coletivos é que se dariam as conquistas individuais” (entrevistado 3). A esse entendimento é importante expor as noções de Sauer (2011, p. 243) que aborda em termos de perspectivas as relações travadas no âmbito da luta pela terra como:

[...] a luta pela terra e as conquistas de território é um processo de construção (constituição) de lugares, de espaços de vida e identidade. Nesse sentido, terra e território são lugares de morada, endereços e referenciais indentitários, materializando, mesmo que provisoriamente, heterotopias[5] [...]

No que se refere à organização do acampamento, a estrutura planejada abarcou núcleos de trabalho, onde a divisão do trabalho e o auxílio mútuo em tarefas envolveram os setores de segurança, cozinha e limpeza, além dos núcleos de oficinas como estêncil[6] e teatro de rua, por exemplo. Todas as ações, segundo entrevistado 4: “se complementam e se auxiliam, permitindo o funcionamento do acampamento [...] todos tem uma tarefa em prol do coletivo [...] é uma estrutura que está dentro do possível, poderíamos melhorar se houvessem mais condições”. Cabe salientar que todas as atividades propostas nas oficinas estavam abertas à participação das pessoas, bem como a alimentação servia não apenas aos acampados como também às demais pessoas que estavam no local interagindo com a manifestação.

Por fim, resta abordar a relação do acampamento com os outros movimentos sociais, o que para além de uma interação momentânea, pode vir a construir ações conjuntas entre os mesmos, o que representa maior participação e fortalecimento de reivindicações que envolva pautas idênticas ou semelhantes.

Quanto a essa interação, observou-se uma relação bastante tímida, porém, uma importante consciência de necessidade de aproximação. O entrevistado 5 afirma que: “Não existem ações conjuntas. A luta que é conjunta”. Ao encontro da tímida interação o entrevistado 6 diz que: “Está havendo discussão com todos e a interação está sendo construída”. Como expressão mais geral, dos entrevistados um manifestante chama a atenção para a tendência de aproximação dos movimentos com os seus setores, no caso do MST e a relação com instituições ligadas ao rural, como por exemplo o MPA.

Esta situação parece derivar de duas situações distintas: i) a manifestação por envolver uma ação em prol do executivo nacional envolve muitas lutas e como tal, uma diversidade e perplexidade de pautas que dificultam o estabelecimento de questões unilaterais, uma vez que a constituição do todo é multifacetada; ii) os movimentos como um todo tem adentrado em particularidades específicas dentro de suas estruturas, o que torna cada entidade múltipla em debates, o que representa maior complexidade de convergência plena em sua estrutura, apresentação e exposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar o papel do MST nas mobilizações de Abril em Porto Alegre-RS contra o processo de impeachment que se somaram às habituais manifestações do Abril Vermelho. Salienta-se a importância ímpar do mês de Abril em significado para os movimentos socioterritoriais de luta pela terra.

Ficou evidente a visão do conjunto do movimento acerca da necessidade de manutenção das conquistas obtidas, bem como o temor pelo retrocesso de um governo opositor das pautas sociais. Destacou-se também a expectativa de novas conquistas com a permanência de um poder do estado nacional que mesmo diante de decepções no quadro geral, ainda contempla o tema da reforma agrária no contexto de sua agenda política.

A partir dessa constituição identitária do movimento socioterritorial, foram apresentadas expressões que demonstram a unidade em torno das pautas do MST, deixando claro que a luta pela terra não cessou, pelo contrário, encontra-se em processo de avaliação e reivindicação permanente, mas que carece de maior articulação conjunta quando se trata de uma manifestação de maior porte tal qual a manutenção da democracia brasileira.

Destarte, tudo indica que após as decisões políticas que envolvem a constituição do impeachment ou não, o MST, a exemplo de outras instituições que participaram da manifestação deverão debater os rumos futuros com vistas ao resultado do processo. Esse debate deve se dar em torno de direções que envolvam a luta por avanços em caso de permanência (como a ampliação da produção de alimentos saudáveis para atender as necessidades da população brasileira), ou ações que visem evitar o retrocesso em relação às conquistas dos últimos governos nacionais no caso da confirmação do impeachment.

REFERÊNCIAS

FELICIANO, C. A. Raízes da violência no campo brasileiro. **Boletim DataLuta**, São Paulo, p. 01-05, mar. 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_3_2015.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

GALVÃO, A. R.; FRANÇA, F. M.; BRAGA, L. C. O território e a territorialidade: Contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de (Orgs.). **Leituras do conceito de territórios e de processos espaciais**. 2009. p.33 - 46.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M.; MELCHIORS, J. O Abril Vermelho no Rio Grande do Sul. **Boletim DataLuta**, São Paulo, p. 01-08, jun. 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_6_2014.pdf>. Acesso em: 09 maio 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **No RS, Movimentos Populares constroem acampamento em defesa da democracia**. 11 de abr. de 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/11/no-rs-movimentos-populares-constroem-acampamento-em-defesa-da-democracia.html>>. Acesso em: 08 de maio de 2016.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, S. Mercado de terras: Estrangeirização, disputas territoriais e ações governamentais no Brasil. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Orgs.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 2011. p.227-246.

[1] [...] o Banco de Dados Dataluta, através de seu relatório anual vem divulgando há 16 anos: a desigualdade socioterritorial e uma luta de classes onde a violência no campo é fruto de uma Questão Agrária não resolvida pela sociedade, onde a Reforma Agrária não é incorporada como uma opção de desenvolvimento para o país (FELICIANO, 2015, p. 2).

[2] O mês de abril [...] que não só relembra a tragédia camponesa, mas, sobretudo, atrai a atenção da sociedade brasileira para a luta camponesa pelo direito à terra. É o "Abril Vermelho" com sua jornada nacional, cujo símbolo é o massacre de Eldorado dos Carajás e cuja reivindicação é a Reforma Agrária. (MEDEIROS, LINDNER e MELCHIORS, 2014, p. 2).

[3] Central Única dos Trabalhadores.

[4] Movimento Nacional da Luta pela Moradia.

[5] Camadas ou tecidos de significações ou lugares de forma complexa na estrutura a qual se encontra inserida.

[6] Termo adaptado ao português da denominação inglesa stencil. A mesma consiste em uma técnica para criar um molde com recortes em uma base para posterior aplicação de desenho, ilustração ou símbolo em outro material. É comumente aplicado com tinta ou aerossol.